



**PROCESSO N. 12.426/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N. 096/2022**  
**EDITAL N. 117/2022**  
**TIPO MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**

O Município de Mogi Mirim torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, objetivando a contratação dos serviços, descritos no Item I – OBJETO deste Edital, a qual será processada e julgada em conformidade com a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal n. 10.520/2002 e Decreto Federal n. 10.024/2019, com o Decreto Municipal n. 8.403/2021 e subsidiariamente pela Lei Federal 8.666/1993, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014, e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de comunicação pela INTERNET. O sistema referido utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em toda etapa do certame.

A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial no site do Banco do Brasil S.A., [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), opção Licitações, ou diretamente em [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**INICIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS:** às 08 horas do dia 18/08/2022.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 08 horas do dia 19/08/2022.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09 horas do dia 19/08/2022.

**MODO DE DISPUTA ABERTO e FECHADO.**

**I - OBJETO**

1.1 O presente pregão tem por objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços: treinamento, capacitação "práticas corporais, Tai Chi Chuan e Lian Gong, equipe técnica da SAS e rede de atendimento sobre o sistema Único de Assistência Social, formação técnica com o tema "trabalho Social com família no sistema Único: e capacitação técnica das equipes dos CRAS E CREAS para produção de relatórios técnicos no SUAS, de acordo com as especificações técnicas e condições do anexo I - termo de referência da Secretaria Solicitante do Município de Mogi Mirim/SP.

**II - DO PROCEDIMENTO**

2.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.2 O certame será realizado através da utilização da opção "Licitações", do Portal Eletrônico do Banco do Brasil S.A., conforme acordo de cooperação técnica celebrado entre o BANCO DO BRASIL S/A e o MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM.

2.3 Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

**III - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 Poderão participar deste Pregão todas as empresas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos.

3.2 Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Mogi Mirim.



#### **IV - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO**

4.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País.

4.2 O credenciamento do licitante vencedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3 A chave de identificação e a senha terão validade de até 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.

4.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A., ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico observado data e horário limite estabelecido.

4.6 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.7 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

#### **V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1 As propostas serão recebidas até o horário previsto, após ocorrerá sua divulgação passando a Pregoeira a avaliar sua aceitabilidade.

5.1.1 O encaminhamento das propostas refere-se exclusivamente ao envio do valor global do lote para qual o licitante deseja participar junto ao portal eletrônico escolhido.

5.1.2 Fica vedado ao Licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua proposta de preços, planilha ou outros Anexos exigidos neste Edital, sob pena de desclassificação do certame pela Pregoeira.

5.2 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3 O Licitante que se enquadrar no que estabelece a Lei Complementar n.º 123/2006, deverá declarar que atende os requisitos do Artigo 3º, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei.

5.4 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e conformidade de sua proposta com as exigências do edital.



5.5 A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.6 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

5.7 O Licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5.8 O Licitante deverá solicitar o cancelamento da chave de identificação e a senha de acesso por interesse próprio, quando for o caso.

5.9 O Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos e em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no site e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.

5.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11 Na proposta de preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições:

5.11.1 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo o valor unitário proposto corresponder à unidade solicitada;

5.11.2 Excepcionalmente, nos casos em que o valor unitário for inferior a um real, poderão ser aceitas propostas com quatro casas decimais;

5.11.3 A marca do material deverá ser obrigatoriamente especificada.

5.11.4 Somente serão aceitos preços com duas casas decimais após a vírgula.

5.11.5 Deverá ser indicado na proposta o responsável pela assinatura do contrato, contendo os seguintes dados:

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_  
E-mail institucional: \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_

5.11.5.1 Deverá ser encaminhada juntamente a proposta o arquivo .pdf do cadastro corporativo do responsável pela assinatura. Caso a empresa não possua, o primeiro acesso será feito por meio de *login* na página inicial da internet **<https://www.tce.sp.gov.br>**

5.11.6 O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

5.11.7 É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, e aceito pela Pregoeira, será registrado em ata, devendo o item ser desconsiderado da proposta.



5.11.8 Os preços contidos incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, despesas, acessórios e encargos, inclusive tributários, incidentes sobre a proposta, quando não incorporados ao preço oferecido e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

5.11.9 Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os folders, encartes, folhetos técnicos ou catálogos dos produtos, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens, quando for solicitado pela Pregoeira pelo sistema eletrônico.

5.12 A proposta de preços enviada implicará plena aceitação, por parte do Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.13 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação pelo licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.

## **VI – DA SESSÃO PÚBLICA**

6.1 De conformidade com o estabelecido neste Edital terá início à sessão pública do presente Pregão Eletrônico será aberta pela pregoeira, com a divulgação das Propostas de preços em conformidade com o item 5 - Proposta de Preços, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

6.2 A Pregoeira verificará as propostas de preços enviados, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, informando de tal fato ao Licitante desclassificado, fato que será registrado no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes. Somente as propostas classificadas pela Pregoeira participarão da etapa do envio dos lances.

6.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5 A partir desta mesma data e horário ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), conforme Edital.

6.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

## **VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, cuja importância deve corresponder ao valor total a ser ofertado para os produtos/serviços (art. 30, caput, do Decreto nº 10.024/2019).

7.2 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro (art. 30, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.3 Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **MENOR PREÇO**.



7.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, até a hora de encerramento da fase de lances, observadas as regras de aceitação estabelecidas neste Edital (art. 30, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.5 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta (art. 30, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.6 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, mesmo que de licitantes distintos, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (art. 30, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.7 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante (art. 30, § 5º, do Decreto nº 10.024/2019), bem como ter acesso a todos os documentos que sejam convocados como anexo.

7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto e fechado, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado (art. 31, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019).

7.9 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos (art. 33, caput, do Decreto nº 10.024/2019).

7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o prazo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada (art. 33, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.11 Encerrado o prazo do item 7.10, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo (art. 33, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.12 Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições do item precedente, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo (art. 33, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.13 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.11 e 7.12, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade (art. 33, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.14 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 7.11 e 7.12, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 7.13 (art. 33, § 5º, do Decreto nº 10.024/2019).

7.15 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 7.14 (art. 33, § 6º, do Decreto nº 10.024/2019).



7.16 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados (art. 34 do Decreto nº 10.024/2019).

7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) (art. 35 do Decreto nº 10.024/2019).

7.18 Após a etapa de envio de lances será verificada a existência de microempresas ou empresas de pequeno porte, para os efeitos do contido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.19 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) (art. 44, caput, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.20 Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas ME/EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (§ 2º do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.21 A preferência de contratação para as ME/EPP será concedida da seguinte forma:

a) a ME/EPP mais bem classificada em cada item poderá apresentar proposta de preço inferior à de menor preço ao final da fase de lances, situação em que, depois de cumpridas as demais exigências para sua habilitação, será declarada vencedora do certame e adjudicado em seu favor o objeto licitado (art. 45, I, da Lei Complementar nº 123/2006);

b) não ocorrendo à contratação da ME/EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.19, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (art. 45, II, da Lei Complementar nº 123/2006);

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.19, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (art. 45, III, da Lei Complementar nº 123/2006), esclarecido que o sorteio previsto não se aplica na fase de lances.

7.22 A ME/EPP convocada para apresentar nova proposta na forma do item anterior terá o prazo máximo de 5 (cinco) minutos para fazê-lo, após mensagem automática do sistema eletrônico no chat, sob pena de preclusão (art. 45, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.23 Havendo êxito no procedimento de preferência de contratação para ME/EPP, o sistema eletrônico disponibilizará a nova classificação dos licitantes para fins de aceitação.

## **VIII – DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1 O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

8.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e eventual procedimento de preferência para ME/EPP, na forma do item 7.19, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital (art. 38, caput, do Decreto nº 10.024/2019).



8.3 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 38, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019).

8.4 O Pregoeiro poderá solicitar documentos complementares sempre que julgar necessário (art. 38, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).

8.5 O licitante deverá apresentar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 8.2, bem como os documentos complementares solicitados, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema (art. 38, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019) pelo e-mail: [sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com](mailto:sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com).

8.5.1 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os mesmos deverão ser apresentados em formato digital, pelo e-mail: [sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com](mailto:sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com), no prazo definido no edital.

8.5.2 Na hipótese de contratação de serviços comuns em que o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente pelo e-mail: [sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com](mailto:sirlenlicitacoesmogimirim@gmail.com), no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

8.6 Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 8.2 e recebidos tempestivamente os documentos complementares eventualmente solicitados na forma do item 8.4, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital, bem como verificará a habilitação do licitante conforme as disposições estabelecidas por este instrumento convocatório (art. 39 do Decreto nº 10.024/2019).

8.7 O lote cujo preço total seja superior ao estimado para a contratação, constante das Especificações Técnicas no Anexo I, poderá não ser aceito e adjudicado.

8.8 Na hipótese de a proposta vencedora não foi aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, inclusive levando em conta os critérios do item 8, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital (art. 43, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).

8.9 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784, de 1999 (art. 47 do Decreto nº 10.024/2019).

8.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata (art. 47, parágrafo único, do Decreto nº 10.024/2019).

8.11 Verificadas a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar em cada lote e a compatibilidade de seu preço com o valor estimado, o Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas comerciais.

8.12 Atendidas às especificações do Edital, estando habilitado o Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, a Pregoeira declarará a (s) empresa (s) vencedora (s) do (s) respectivo (s) lote (s).



8.13 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

**8.14 A proposta de preços devidamente atualizada com o último lance ofertado, bem como a documentação no caso de empresa que não possua assinatura com certificado digital deverão ser enviados para a Pregoeira, na Secretaria de Suprimentos localizada Rua Dr. José Alves, 129, Centro, na cidade de Mogi Mirim/SP, CEP: 13.800-050, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da indicação do Licitante arrematado. Caso o vencedor seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser prorrogado até 15 (quinze) dias.**

9.15 O resultado desta licitação será publicado no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

9.16 Caso todas as Propostas de Preços sejam desclassificadas, o(a) Pregoeira (o) convocará todas as licitantes para que, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentem novas propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação.

## **IX – DA HABILITAÇÃO**

9.1 Os documentos de habilitação serão os seguintes:

### **A) DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e da última alteração contratual, se houver, devidamente depositados ou arquivados na Junta Comercial do Estado onde estiver estabelecida a pessoa jurídica, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **B) DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

1. **Cartão CNPJ.**
2. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.**
3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União).**
4. **Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação Estadual, no que tange aos débitos efetivamente inscritos em Dívida Ativa.**



5. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, com validade da data da abertura dos envelopes de documentação.
6. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS)**, com validade na data da abertura dos envelopes de documentação.
7. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Quanto às certidões que omitirem a data de seu vencimento, só serão aceitas as que forem expedidas com prazo não superior a 06 (seis) meses a contar da data da abertura dos envelopes dos documentos para habilitação.

Os documentos referidos neste tópico poderão ser apresentados em original (Internet) ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

### **C) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DE ACORDO COM O SOLICITADO NO TERMO DE REFERENCIA:**

**PARA O LOTE 01 – DA EXPERIÊNCIA** -Certidão (ões) ou atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços.

A (s) certidão (ões)/ atestado (s) deverá (ão) ser apresentado (s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado (s) por autoridade ou representante de quem o (s) expediu, com a devida identificação.

#### **PARA O LOTE 02 - DA EXPERIÊNCIA:**

O/a profissional a ser contratado/a, deverá apresentar especialidade comprovada, por meio, de atestados e declarações de capacidade técnica na prestação de serviços em Formação Técnica no Tema Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial e na Proteção Social Básica, bem como, deverá possuir registro autônomo com CNAE compatível com a atividade de instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional e avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Cumprir destacar desse modo, que tal comprovação deverá ser consoante aos objetivos propostos para a Formação Técnica do Trabalho Social com Famílias. Para a execução do objeto deste Termo de Referência, o/a contratado/a deverá dispor de, no mínimo, 10 anos de experiência a respeito das temáticas relacionadas ao objeto e que reúnam:

- a) Experiência em diferentes práticas profissionais e acadêmicas em contextos situacionais de vulnerabilidade e risco social e pessoal;
- b) Acumulo teórico prático nas seguintes situações específicas; na proteção Social Especial em relação ao Trabalho Social: Violência física, psicológica e negligência; Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; Tráfico de pessoas; Situação de rua e mendicância; Abandono; Trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; e acumulo teórico prático na Proteção Social Básica em relação ao Trabalho Social: com contextos situacionais de vulnerabilidades sociais e pessoais decorrentes da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências (dentre outras);
- c) Experiência em Formação Técnica na Política de Assistência Social/SUAS;



d) Graduado/a, preferencialmente, nas áreas humanas, ciências sociais e/ou ciências sociais aplicadas, com pós-graduação em áreas correlatas.

### **PARA O LOTE 03 -DA EXPERIENCIA**

A Formação Técnica vem de encontro à necessidade da Política da Capacitação dos trabalhadores e em conformidade com a capacitação permanente do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, objetivando oferecer subsídios para a autonomia e capacidade técnica da Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social e da Rede de atendimento municipal, fortalecendo a capacidade de avaliação, atenção e acompanhamento das famílias atendidas nos Serviços de Proteção Social Básica e nos Serviços de Proteção Social Especial pela Rede Direta e Rede Indireta.

DA EXPERIÊNCIA: A Empresa a ser contratada, terá que apresentar profissionais, com especialidade comprovada, por meio, de declarações de capacidade técnica nos Serviços da Proteção Social Básica e nos Serviços da Proteção Social Especial e ou na Gestão da Assistência Social, com a experiência comprovada na área da Assistência Social por no mínimo 05 anos.

### **PARA O LOTE 04 - DA EXPERIENCIA**

A Empresa a ser contratada, terá que apresentar profissionais, com especialidade comprovada, por meio, de declarações de capacidade técnica na atuação da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, com a experiência comprovada na área da Assistência Social.

A (s) certidão (ões)/ atestado (s) deverá (ão) ser apresentado (s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado (s) por autoridade ou representante de quem o (s) expediu, com a devida identificação.

### **D) DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

1. Certidão negativa de falência expedida pelo cartório judicial distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Caso a empresa se encontre em processo de recuperação judicial, deverá apresentar durante a fase de Habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor.

**9.2 Juntamente com os documentos para habilitação deverá ser enviada declaração dando ciência de que a licitante não mantém em seu quadro de pessoal, menores em qualquer trabalho (Anexo III – Modelo), declaração de fato impeditivo de habilitação (Anexo II), Declaração de ME ou EPP (Anexo V).**

9.3 Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

9.4 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por Cartório competente, ou mediante publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou ainda mediante assinatura por certificado digital, devendo, preferencialmente ser relacionados, separados e colecionados na ordem estabelecida neste Edital.

9.5 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do Licitante.

9.6 A Pregoeira e sua equipe poderão verificar nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e constituirá meio legal de prova, para fins de habilitação.



9.6.1 A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

9.6.2 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata este item, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

#### **X – DA IMPUGNAÇÃO**

10.1 Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, por meio eletrônico, no horário de 08h às 17h, através do email licitacoesmm1@gmail.com.

10.1.1 À Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidirá sobre a petição no prazo de 02(dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

10.1.1.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

10.1.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

#### **XI – DOS RECURSOS**

11.1 Declarado vencedor, qualquer Licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer (art. 44, caput, do Decreto nº 10.024/2019).

11.1.1 Será concedido ao Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, se desejarem, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar da data final do prazo do recorrente assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art. 44, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019 e art. 44, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019).

11.2 A ausência de manifestação imediata e motivada do Licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência direito e a Pregoeira estará autorizada a adjudicar o objeto pela Pregoeira ao licitante declarado vencedor (art. 44, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019).

11.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (art. 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019).

11.4 A decisão da Pregoeira deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, se não aceito o recurso interposto.

11.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

11.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal situada à Rua Dr. José Alves, 129, Centro, na cidade de Mogi Mirim/SP.

#### **XII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**



12.1 Na ausência de recurso caberá à Pregoeira adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor homologação (art. 46 do Decreto nº 10.024/2019).

12.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao Licitante vencedor pela Pregoeira (art. 45 do Decreto nº 10.024/2019).

12.3 Quando houver recurso e a Pregoeira mantiver sua decisão, deverá ser submetido à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Pregoeira.

### **XIII – DO PAGAMENTO**

13.1 O Município pagará à CONTRATADA o preço estabelecido na proposta, o qual inclui todos os custos necessários à perfeita execução do objeto do presente licitatório e fica condicionado à apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, que deverá ser entregue juntamente com a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e o CRF do FGTS, em plena validade, devidamente atestado por funcionário credenciado do CONTRATANTE.

§1º No corpo da nota fiscal número da licitação, o número do contrato ou o número da nota de empenho, o número da conta, banco e agência para que seja efetuada a ordem de pagamento ou ainda ficha de compensação (boleto do banco), anexo.

§2º Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§3º As notas fiscais/faturas que forem apresentadas em desconformidade ao descrito acima e com erro, serão devolvidas à contratada para retificação e nova apresentação.

13.2 O pagamento será efetuado no décimo quinto dia do mês subsequente a data do aceite da Nota Fiscal do recebimento definitivo do equipamento, após a entrega da documentação descrita no item 13.1, e fica condicionado à Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e CRF do FGTS estarem em plena validade.

13.3 A CONTRATADA não poderá negociar títulos provenientes deste termo.

### **XIV – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

14.1 Os recursos necessários para fazer frente às despesas da presente licitação onerarão as dotações orçamentárias:

Dotação	Programa de Trabalho	Código Orçamentário	Fonte de Recurso
476	014912.1030210042.101	3.3.90.39.00	1 - Tesouro
200	014110824410042.086	3.3.90.39.00	1 - Tesouro
200	014110824410042.086	3.3.90.39.00	1 - Tesouro
195	014111.0824410042.086	3.3.90.39.00	5 - Transferências e convênios Federais
195	014111.0824410042.086	3.3.90.39.00	5 - Transferências e convênios Federais
206	014111.0824410042.086	3.3.90.39.00	2- Transferências e convênios Estaduais

### **XV – PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

15.1 Constam na Minuta do contrato – Anexo IV, as condições e forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes, que faz parte integrante deste Edital.



15.2 Até a data de assinatura do Contrato poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documentos (s) ou declaração (ões) incorreta (s), bem como aquela cuja situação técnica ou econômica/ financeira tenha se alterado após início de processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

15.3 Nos termos do art. 64 da Lei 8.666/93, ocorrendo recusa em assinar o contrato, sem justificativa aceita pelo Município de Mogi Mirim, no prazo de 05 (cinco) dias contados da homologação, ou então na hipótese de silêncio, dentro do mesmo prazo, o proponente vencedor, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, decairá do direito de contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

## **XVI – DAS PENALIDADES**

16.1 A licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Pregão ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, bem como aos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93.

16.2 De conformidade com o art. 86 da lei n. 8.666/93, a licitante, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor dos produtos, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 05 (cinco) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93.

16.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Edital, a licitante, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

16.3.1 – Advertência;

16.3.2 – Multa de 10 % (dez por cento) do valor do contrato;

16.3.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

16.4 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontada do preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

## **XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 As informações administrativas e técnicas relativas a presente licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria de Suprimentos e Qualidade, no endereço citado no preâmbulo do presente edital, Fone: (19) 3814 1060, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas, ou pelo email [sirlnelicitacoesmogimirim@gmail.com](mailto:sirlnelicitacoesmogimirim@gmail.com).

17.2 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

17.3 Fica a licitante ciente de que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste Edital e seus anexos.

17.4 As licitantes devem ter pleno conhecimento de todas as disposições constantes do edital, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua proposta.

17.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que possíveis à aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.



17.6 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

17.7 A licitante vencedora deverá manter, durante toda a execução do objeto do presente procedimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.8 O Município de Mogi Mirim no interesse da Administração poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar ou anular, no todo ou em parte a licitação.

17.9 As declarações e procurações deverão ter reconhecimento de firma ou o agente administrativo deverá confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento. No caso de não serem enviadas as Declarações constantes do Edital nos moldes citados, a licitante, deverá declarar a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

17.10 Os licitantes que forem microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da lei, caso decidam valer-se dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, deverão apresentar a declaração constante do Anexo V do presente Edital juntamente com a proposta de preços.

17.10.1 A apresentação da declaração constante do Anexo V do presente edital não impede o Município de realizar as diligências que forem necessárias para perquirir se a licitante que se apresentou como ME ou EPP realmente preenche as condições legais para o gozo dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.

17.10.2 Na hipótese de se constatar a inveracidade do afirmado pela licitante na declaração apresentada ao Município nos termos do Anexo V do presente edital, ou no caso de não apresentação de informações exigidas nos termos da cláusula 17.10.1, no prazo assinalado pela municipalidade, a licitante será desclassificada e punida com as sanções previstas na cláusula 16.3, convocando-se logo em seguida o segundo colocado da disputa.

#### **XVIII - ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL**

- 18.1 Anexo I - Termo de Referência.
- 18.2 Anexo II - Modelo de Declaração de atendimento as exigências de habilitação.
- 18.3 Anexo III – Modelo de Declaração de proteção ao menor.
- 18.4 Anexo IV – Minuta do contrato
- 18.5 Anexo V – Declaração de ME ou EPP
- 18.6 Anexo VI – Termo de Ciência e Notificação
- 18.7 Anexo VII – Cadastro do Responsável
- 18.8 Anexo VIII – Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal de Contas

Mogi Mirim, 02 de agosto de 2022.

**Cristina Puls**  
**Secretária de Assistência Social**

**Clara Alice F. de A. Carvalho**  
**Secretária de Saúde**



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**OBJETO** – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços: treinamento, capacitação "práticas corporais, Tai Chi Chuan e Lian Gong, equipe técnica da SAS e rede de atendimento sobre o sistema Único de Assistência Social, formação técnica com o tema "trabalho Social com família no sistema Único: e capacitação técnica das equipes dos CRAS E CREAS para produção de relatórios técnicos no SUAS, de acordo com o termo de referência da Secretaria Solicitante.

- a) Toda documentação de habilitação, juntamente com a proposta inicial, deverão ser anexados ao portal do Banco do Brasil.
- b) A proposta de preços devidamente atualizada com o último lance ofertado, bem como a documentação no **CASO DE EMPRESA QUE NÃO POSSUA ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL**, os documentos **DEVERÃO SER ENVIADOS assinados**, Para a Pregoeira, na Secretaria de Suprimentos localizada Rua Dr. José Alves, 129, Centro, na cidade de Mogi Mirim/SP, CEP: 13.800-050, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da indicação do licitante arrematado.
- c) Não serão aceitos documentos com cópias simples,
- d) Os documentos retirados via internet são considerados originais (não necessita ser autenticados).

LOTE 01 SERVIÇOS DE TREINAMENTO CAPACITAÇÃO/HORAS TAI CHAI CHUAN			
LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.
1	<p><b>SERVIÇOS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO/HORA /O CURSO DEVERÁ TER CARGA HORÁRIA TOTAL MINIMA DE 32 HRS/AULA, C/DURAÇÃO DE 08 HORAS/AULA POR DIA, EXECUTADO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA -</b></p> <p>Contratação empresa para formação de Instrutores das Secretarias de Esporte e Secretaria de Saúde, para a Prática de Tai Chi Chuan e Lian Gong em 18 Terapias, a ser implementada nas unidades dos serviços municipais.</p> <p><b>2. JUSTIFICATIVA</b></p> <p>O Tai Chi Chuan e o Lian Gong são modalidades terapêuticas que proporcionam benefícios diretos para a saúde física dos praticantes, além de prover: capacidade de concentração, aumento da percepção dos próprios limites físicos na realização dos exercícios, fortalecimento da capacidade de determinação ou da vontade na realização dos mesmos, com preparo do corpo para a superação gradativa das limitações físicas e emocionais, visto que combina de modo coordenado respiração e movimento.</p> <p>O exercício do Lian Gong em 18 Terapias está organizado em três partes. A Primeira Parte do exercício constitui-se de três séries com seis exercícios, totalizando 18 movimentos. Nessa parte se obtém redução de dores corporais bem como a prevenção do seu surgimento.</p> <p>A Segunda Parte - denominada Lian Gong Posterior – constitui-se, também, de três séries, perfazendo um total de 18 exercícios, para prevenção e tratamento de articulações de extremidades, tenossinovites, cotovelo de tenista e distúrbios funcionais dos órgãos internos.</p> <p>Na Terceira Parte, o foco é o fortalecimento das funções do coração e dos pulmões. Seu treinamento não se limita apenas a tratar da</p>	32,00	H



doença, mas busca, na sua ausência (da doença), fortalecer a saúde dos praticantes.

### **3. TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **Carga Horária:**

O curso deverá ter carga horária total mínima de 32 horas/aula, com duração de 8 (oito) horas/aula por dia, executado de segunda a sexta feira.

#### **Público Alvo:**

Agentes Comunitários de Saúde e Educador Físico da Secretaria de Esporte.

#### **Quantidade de vagas ofertada:**

30 vagas

#### **Metodologia:**

Aulas teórico-práticas de Tai Chi Chuan e Lian Gong em 18 Terapias – PARTE ANTERIOR, abordando as explicações gerais, demonstração e prática dos exercícios, conforme segue:

- **1º MÓDULO** – 1ª SÉRIE: Exercícios para prevenção e tratamento de dores no pescoço e ombros, sendo 06 exercícios: (Movimento do Pescoço/Arquear as Mãos/Estender as Palmas para Cima/ Expandir o Peito/Despregar as Asas/Levantar o Braço de Ferro);
- **2º MÓDULO** - 2ª SÉRIE: Exercícios para prevenção e tratamento de dores nas costas, sendo 06 exercícios: (Empurrar o Céu e Inclinar para o Lado/Girar a Cintura e Projetar as Palmas/Rodar a Cintura com as Mãos nos Rins/Abrir os Braços e Flexionar o Tronco/Espetar com a Palma para o Lado/Tocar os Pés com as Mãos);
- **3º MÓDULO** - 3ª SÉRIE: Exercícios para prevenção e tratamento de dores nos glúteos e nas pernas, sendo 06 exercícios: (Rodar os Joelhos a Esquerda e à Direita/Flexionar a Perna e Girar o Tronco/Flexionar e Esticar as Pernas/Tocar o Joelho e Levantar a Palma/Abraçar o Joelho Contra o Peito/Passos Marciais).

As aulas deverão ter uma parte expositiva, onde deverá ser abordada a fundamentação teórica e três partes práticas, com trabalho postural, respiração e prática de exercícios de Lian Gong em 18 Terapias.

#### **Responsabilidade das partes:**

Da contratada:

- executar o curso em, no máximo 30 dias após assinatura do contrato, nas dependências físicas da Secretaria de Saúde ou outro local indicado pela contratante;
- disponibilizar os materiais de consulta no drive do google para os alunos, como: apostila, folhetos, vídeos e música oficial do Lian Gong em 18 Terapias – PARTE ANTERIOR em MP3;
- fornecer: café "preto", chá, bolachas doces e salgadas, guardanapo papel e copos descartáveis;
- fornecer Certificado de Conclusão Curso para cada participante que atingir 100% de participação, em até 72 horas do término do curso;



- |  |  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• disponibilizar a cada participante que concluir o curso 01 (um) DVD com conteúdo teórico sobre assunto abordado durante capacitação;</li><li>• dispor de, no mínimo, 01 (um) técnico capacitado para cada grupo de 10 participantes, para acompanhamento dos exercícios durante os módulos práticos;</li><li>• possuir Autorização para Funcionamento;</li><li>• possuir referência de capacitação em outros municípios.</li></ul> <p>Da contratante:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• disponibilizar local com água potável, sanitários, cadeiras, equipamento notebook, microfone sem fio, caixa som, data show e telão;</li><li>• realizar as inscrições dos participantes e informar à contratada os dados: nome completo, idade, categoria profissional, data admissão na prefeitura, 15 dias antes início da capacitação;</li></ul> |  |
|--|--|



LOTE 02 - SERVIÇOS TREINAMENTO SC 5495 E 5497 CREAS E CRAS - TRABALHO SOCIAL			
LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.
2	<p><b>SERVIÇOS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO/HORA - CRAS LESTE 12 HORAS) CREAS (04 HORAS). TERMO DE REFERÊNCIA</b></p> <p>1-OBJETO:</p> <p>Contratação de Formação Técnica com o Tema: "Trabalho Social com Famílias no Sistema Único da Assistência Social", a ser ofertada por profissional capacitado e com comprovação de experiência em formação e capacitação técnica de profissionais do Sistema Único de Assistência Social, com experiência comprovada na área da Proteção Social Especial, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em relação ao PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) e na área da Proteção Social Básica, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em relação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias e Indivíduos – PAIF.</p> <p>A contratação da Formação dar-se-á mediante a apresentação de declarações e atestados de capacidade técnica que comprovem a especialidade do/a profissional, na condução de processos formativos de Formação de profissionais que atuem na Proteção Social Especial e na Proteção Social Básica.</p> <p>Para tanto, a Formação profissional a ser oferecida fundamenta-se em metodologia que articula teorias e práticas sociais e educativas, valorizando os saberes dos profissionais e o trabalho em equipe. Parte da realidade específica de cada contexto e promove o intercâmbio de experiências e a atuação em redes, além de valorizar o acompanhamento contínuo e sistemático.</p> <p>2-JUSTIFICATIVA PARA A DEMANDA DO SERVIÇO:</p> <p>De acordo com a NOB-SUAS, a Proteção Social Especial tem por objetivos prover ações socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal, por ocorrências de abandono, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras e a Proteção Social Básica tem por objetivos objetivo apoiar as famílias e os indivíduos na ampliação de sua proteção social, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Os serviços atendem o conjunto da população em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.</p> <p>Portanto, a Formação Técnica com o Tema: "Trabalho Social com Famílias no Sistema Único da Assistência Social" dar-se-á no sentido de um alinhamento conceitual sobre a Política Nacional de Assistência Social e sua operacionalização através do SUAS, especialmente no eixo do Trabalho Social com Famílias (PAIF e PAEFI), contemplando a lógica da referência e contrarreferência.</p> <p>O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.</p> <p>O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, compreende também no trabalho</p>	16	H



<p>social com famílias no apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.</p> <p>A temática a ser abordada na Formação será: Proteção Social; Política Nacional de Assistência Social e o Trabalho Social com Famílias; Proteção Social Básica, PAIF e Referência; Trabalho em Rede; Trabalho Social com Famílias na Proteção Especial de Média Complexidade: marcos conceituais e operacionais do PAEFI e Contrarreferência; Abordagem de Rede e pactuação necessária.</p> <p>Por fim, ressalta-se que a oferta de formação técnica continuada, atende os preceitos consoantes à Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS, 2013), na qual prevê-se o desenvolvimento, junto aos trabalhadores, de condições, competências e capacidades específicas para que possam distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos socioassistenciais do cidadão, contribuindo para a melhoria e qualidade continuada na oferta dos serviços e benefícios.</p> <p><b>3- DA EXPERIÊNCIA:</b></p> <p>Como já mencionado anteriormente, o/a profissional a ser contratado/a, deverá apresentar especialidade comprovada, por meio, de atestados e declarações de capacidade técnica na prestação de serviços em Formação Técnica no Tema Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Especial e na Proteção Social Básica, bem como, deverá possuir registro autônomo com CNAE compatível com a atividade de instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional e avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.</p> <p>Cumprido destacar desse modo, que tal comprovação deverá ser consoante aos objetivos propostos para a Formação Técnica do Trabalho Social com Famílias. Para a execução do objeto deste Termo de Referência, o/a contratado/a deverá dispor de, no mínimo, 10 anos de experiência a respeito das temáticas relacionadas ao objeto e que reúnam:</p> <p>a) Experiência em diferentes práticas profissionais e acadêmicas em contextos situacionais de vulnerabilidade e risco social e pessoal;</p> <p>b) Acumulo teórico prático nas seguintes situações específicas; na proteção Social Especial em relação ao Trabalho Social: Violência física, psicológica e negligência; Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; Tráfico de pessoas; Situação de rua e mendicância; Abandono; Trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; e acumulo teórico prático na Proteção Social Básica em relação ao Trabalho Social: com contextos situacionais de vulnerabilidades sociais e pessoais decorrentes da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências (dentre outras);</p> <p>c) Experiência em Formação Técnica na Política de Assistência Social/SUAS;</p> <p>d) Graduado/a, preferencialmente, nas áreas humanas, ciências sociais e/ou ciências sociais aplicadas, com pós-graduação em áreas correlatas.</p> <p><b>4-DESCRIÇÃO DO PRODUTO, PARTICIPANTES, VALORES e</b></p>		
---	--	--



	<p><b>VIGÊNCIA:</b> Serão 02 (dois) meses a contar da assinatura do contrato, sendo 02 (dois) encontros presenciais de 08 (oito) horas, totalizando 16 (dezesesseis) horas, com participação de 30 (trinta) pessoas.</p> <p>A descrição do Produto, Participantes e Valores, serão conforme a tabela anexa a esta proposta. A remuneração será realizada mensalmente mediante a realização dos produtos e entrega de nota fiscal.</p> <p>Registra-se que, o/a contratado/a deverá arcar com eventuais gastos, tais como: alimentação, transporte e estadia.</p> <p><b>5-LOCALIDADE DO TRABALHO:</b> Município de Mogi Mirim-SP.</p>		
--	---	--	--



LOTE 03 SERVIÇOS DE ACESSORIAS HR. REDE DE ATENDIMENTO - SISTEMA UNICO			
LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.
3	<p><b>SERVIÇOS DE ACESSORIA (HR) - CRAS NORTE (50 HORAS) CREAS (14 HORAS). TERMO DE REFERÊNCIA.</b></p> <p>1- OBJETO: Contratação de Formação Técnica para a Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social e a Rede de Atendimento, sobre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS para Organização de Fluxos do município de Mogi Mirim-SP.</p> <p>2 - METODOLOGIA: A Formação Técnica será realizada em conjunto e de maneira participativa com a Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social e com a Rede de Atendimento Municipal.</p> <p>O desenvolvimento das ações da Formação Técnica deverão pautar-se na organização do referencial teórico-metodológico a ser utilizado no município, estabelecendo consensos e pactuações definidos através do processo participativo, formativo e de entendimento da Equipe da Assistência Social e da Rede municipal.</p> <p>A Assessoria Técnica será de 64 horas, divididas entre oficinas e encontros que possibilitem a exposição, o diálogo, a reflexão e o alinhamento conceitual com base nos conteúdos e nos significados do trabalho profissional no SUAS com a população atendida, avançando no conhecimento aprofundado da realidade objetiva e subjetiva da população objetivando a organização dos fluxos e melhor interlocução da rede de atendimento.</p> <p>A atenção na Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.</p> <p>Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos e da fragilização de vínculos afetivos, discriminações etárias, étnico-raciais, de gênero ou por deficiência, entre outras. Prevê um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, sempre na perspectiva inclusiva, organizados em rede, de modo a inserir, nas diversas ações ofertadas, o atendimento às famílias, especialmente daquelas que possuem entre os seus membros pessoas com deficiência e ou pessoas idosas, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada.</p> <p>A atenção na Proteção Social Especial tem como objetivo principal contribuir para a prevenção de agravamentos e potencialização de recursos para o enfrentamento de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e/ou sociais. Nesse sentido, algumas situações podem ser aqui elencadas: violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; afastamento do convívio familiar, dentre outras.</p> <p>Os processos de educação permanente do SUAS devem materializar os princípios inscritos na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (CNAS, 2013): na centralidade dos processos de trabalho e práticas profissionais; na interdisciplinaridade; na aprendizagem significativa; na historicidade, na diversidade sociocultural e</p>	64	H



<p>territorial; no desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS.</p> <p>A Assessoria Técnica será realizada para a construção do Fluxograma dos Serviços Socioassistenciais definidos no SUAS – Sistema Único de Assistência Social e os conteúdos serão: Marcos legais; Constituição Federal; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); SUAS; Níveis de proteção social no SUAS; Proteção Social Básica e a rede de atendimento; Proteção Social Especial de Media Complexidade e a rede de atendimento; Proteção Social Especial de Alta Complexidade e a Rede de atendimento; A Tipificação dos serviços socioassistenciais; Controle social no SUAS; Mapeamento da rede e Priorização de fluxos a serem estabelecidos no município.</p> <p><b>3 - JUSTIFICATIVA PARA A DEMANDA DO SERVIÇO:</b> Para a implementação do Sistema Único de Assistência Social e para o alcance dos objetivos previstos nos Serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial é necessário tratar a gestão do trabalho como uma questão estratégica. A qualidade dos Serviços executados na Secretaria de Assistência Social, disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS.</p> <p>A Formação Técnica vem de encontro à necessidade da Política da Capacitação dos trabalhadores e em conformidade com a capacitação permanente do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, objetivando oferecer subsídios para a autonomia e capacidade técnica da Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social e da Rede de atendimento municipal, fortalecendo a capacidade de avaliação, atenção e acompanhamento das famílias atendidas nos Serviços de Proteção Social Básica e nos Serviços de Proteção Social Especial pela Rede Direta e Rede Indireta.</p> <p><b>4 - DA EXPERIÊNCIA:</b> A Empresa a ser contratada, terá que apresentar profissionais, com especialidade comprovada, por meio, de declarações de capacidade técnica nos Serviços da Proteção Social Básica e nos Serviços da Proteção Social Especial e ou na Gestão da Assistência Social, com a experiência comprovada na área da Assistência Social por no mínimo 05 anos.</p> <p><b>5 - DESCRIÇÃO DO PRODUTO, PARTICIPANTES E VALORES:</b> A Formação será de 02 (duas) oficinas de 08 (oito) horas com o objetivo de alinhar conceitos e levantar necessidades de fluxos de atendimento do município, totalizando 16 (dezesseis) horas e 12 (doze) encontros quinzenais de 04 (quatro) horas durante 6 (seis) meses para a supervisão dos processos de trabalho e viabilização de fluxos de acordo com as demandas apresentadas pela Rede, com um total de participantes de 30 pessoas.</p> <p><b>6 - LOCALIDADE DO TRABALHO:</b> Município de Mogi Mirim-SP.</p> <p><b>7 - VIGÊNCIA:</b> A Formação será de 64 (sessenta e quatro) horas, com 02 (duas) oficinas de 08 (oito) horas e 12 (doze) encontros quinzenais de 04 (quatro) horas, durante 06 (seis) meses.</p>		
--	--	--



<b>LOTE 04 QUALIFICAÇÃO/CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL</b>			
<b>LOTE</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT</b>	<b>UNID.</b>
1	<p><b>QUALIFICAÇÃO/CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL - CONFORME TERMO DE REFERENCIA;</b></p> <p><b>1-OBJETO:</b></p> <p>Contratação de Capacitação Técnica para a Equipe Técnica do CRAS e do CREAS, conforme preconiza o SUAS - Sistema Único de Assistência Social objetivando a garantia de educação permanente aos trabalhadores da Assistência Social, o conhecimento e compromisso ético e político através de técnicas e procedimentos que ofereçam subsídios no contexto da produção de Relatórios Técnicos no SUAS.</p> <p>A Capacitação Técnica para as Equipes da Política da Assistência Social da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial se faz necessária, diante da necessidade de reafirmar que o desenvolvimento do trabalho social com famílias, no âmbito da Assistência Social, demanda saberes técnicos especializados que compõem os Relatórios Técnicos encaminhados à Rede de atendimento, Ministério Público, Poder Judiciário, Serviços de Saúde, de Educação e Conselho Tutelar.</p> <p>A atuação dos Profissionais do SUAS na Proteção Social Básica dentro dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) tem como objetivo apoiar as famílias e os indivíduos na ampliação de sua proteção social, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Os Serviços da Básica atendem o conjunto da população em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do 2. de Prestação Continuada (BPC), entre outros.</p> <p>E na atuação da Proteção Social Especial no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) tem como objetivo principal contribuir para a prevenção de agravamentos e potencialização de recursos para o enfrentamento de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e/ou sociais. Nesse sentido, algumas situações podem ser aqui elencadas: violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; afastamento do convívio familiar, dentre outras.</p> <p>Os Serviços ofertados pelos CRAS, destinam-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminação etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).</p> <p>Nos serviços ofertados pelo CREAS são atendidas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território, tais como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do PETI em decorrência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, dentre outras.</p>	23	UN



A Capacitação Profissional fornecerá subsídios técnicos para a elaboração de Relatórios Técnicos no SUAS e deverá apresentar como conteúdos os seguintes tópicos:

- Conceitos básicos da Instrumentalidade e Linguagem;
- Infrações éticas e Observância aos Códigos de Éticas;
- Modalidades de relatório e tipos de relatórios;
- Relatórios e o Sistema de Justiça e o Ministério Público;
- Destino e envio de documentos e Fluxo documental;
- Escuta especializada e
- Avaliação de relatórios.

#### 2- JUSTIFICATIVA PARA A DEMANDA DO SERVIÇO:

A oferta dos Serviços dos CRAS potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento de famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho, exigindo da equipe capacidade teórico-metodológica e técnico-operacional, exigindo capacitação permanente e atualizada com as novas ferramentas e demandas atuais.

As situações vivenciadas pelas famílias e indivíduos que aportam no CREAS são multidimensionadas e complexas, exigindo da equipe capacidade teórico-metodológica e técnico-operacional, exigindo capacitação contínua e atualizada com as novas ferramentas e demandas atuais.

Diante desse contexto de serviços e demandas tão significativas e complexas trabalhadas nos CRAS e no CREAS, faz-se necessário o investimento em capacitação continuada e permanente para a Equipe Técnica de Profissionais.

Por fim, ressalta-se que a oferta de capacitação e formação continuada, atende os preceitos consoantes à Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS, 2013), na qual prevê-se o desenvolvimento, junto aos trabalhadores, de condições, competências e capacidades específicas para que possam distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos socioassistenciais do cidadão, contribuindo para a melhoria e qualidade continuada na oferta dos serviços e benefícios.

#### 3 – DA EXPERIÊNCIA:

A Empresa a ser contratada, terá que apresentar profissionais, com especialidade comprovada, por meio, de declarações de capacidade técnica na atuação da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, com a experiência comprovada na área da Assistência Social.

#### 4 – DESCRIÇÃO DO PRODUTO, PARTICIPANTES E VALORES:

O Curso será oferecido de forma online, com aulas gravadas e compactas em 06 módulos, e uma oficina online ao vivo para avaliação de Relatórios e o Certificado do Curso será de 120 horas.

Serão oferecidos a todos os técnicos dos nossos Serviços. CRAS Leste, CRAS Norte, CRAS Planalto, Vila Dignidade, Departamento de Parcerias e Gestão, para 23 profissionais no total.



## **ANEXO II**

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

A signatária, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2022, e cumprimento às exigências contidas no art. 4º, incisos VII da Lei n. 10.520/2002, declara sob as penas da Lei, que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação contidos no Edital n. \_\_\_\_/2022.

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

Mogi Mirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)



### **ANEXO III**

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MENOR

A signatária, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2022, declara sob as penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres. Declara ainda que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos o presente.

Mogi Mirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)



## **ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

### **CONTRATO N.º \_\_\_\_\_/2022**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO "PRÁTICAS CORPORAIS, TAI CHI CHUAN E LIAN GONG, EQUIPE TÉCNICA DA SAS E REDE DE ATENDIMENTO SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FORMAÇÃO TÉCNICA COM O TEMA "TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIA NO SISTEMA ÚNICO: E CAPACITAÇÃO TÉCNICA DAS EQUIPES DOS CRAS E CREAS PARA PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS NO SUAS, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA DA SECRETARIA SOLICITANTE. – PROCESSO 12.426/2022 – PREGÃO ELETRONICO 096/2022.**

Por este instrumento de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM**, Pessoa Jurídica, com sede administrativa nesta cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, à Rua Dr. José Alves nº 129, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.332.095/0001-89, neste ato representado por \_\_\_\_\_, de ora em diante designada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada na cidade de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_), à \_\_\_\_\_ neste ato devida e regularmente representada nos termos da \_\_\_\_\_, pelo sócio proprietário \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) de ora em diante designada simplesmente CONTRATADA e, de conformidade com os elementos constantes do processo de Licitação sob modalidade de Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2022, e ainda com fulcro nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim e pelo Código de Defesa do Consumidor, na forma legalmente representada, juntamente com as testemunhas presenciais ao final "ad cautelam" nomeadas e assinadas, ficou ajustado e acertado a assinatura do presente termo, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas, a saber:

#### **1. DO OBJETO**

1.1 A CONTRATADA, na qualidade de vencedora do processo licitatório objeto do Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2022, e seus anexos, obrigou-se a prestação de serviços: treinamento, capacitação "práticas corporais, Tai Chi Chuan e Lian Gong, equipe técnica da SAS e rede de atendimento sobre o sistema Único de Assistência Social, formação técnica com o tema "trabalho Social com família no sistema Único: e capacitação técnica das equipes dos CRAS E CREAS para produção de relatórios técnicos no SUAS, de acordo com o termo de referência da Secretaria Solicitante.

.....  
.....

#### **2. DO PRAZO**

2.1 O presente termo contratual entra em vigor na data de sua assinatura, e findando-se em doze meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração, de acordo com a Lei.

#### **3. DO LOCAL**

3.1 Local: A ser definido pela Secretaria solicitante

3.2 Datas e horários serão definidos com a secretaria solicitante



#### VALOR DO TERMO CONTRATUAL

4.1 Os contratantes estimam o valor do presente instrumento pela importância global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

#### 5. DA TRANSFERÊNCIA DO TERMO CONTRATUAL

5.1 A CONTRATADA é expressamente vedada à transferência, no todo dos direitos e obrigações decorrentes deste termo contratual.

#### 6. DAS PENALIDADES

6.1 A licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Pregão ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, bem como aos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93.

6.2 De conformidade com o art. 86 da lei n. 8.666/93, a licitante, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor dos produtos, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 05 (cinco) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93.

6.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Edital, a licitante, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

6.3.1 – Advertência;

6.3.2 – Multa de 10 % (dez por cento) do valor do contrato;

6.3.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

6.4 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontada do preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

#### 7. DA RESCISÃO

7.1 O CONTRATANTE poderá declarar rescindido o presente instrumento, independentemente de qualquer interpelação judicial e ou extrajudicial, dispensando ainda, o pagamento de qualquer indenização e ou ressarcimento de qualquer natureza, nos seguintes casos:

§1º Decretação de falência da CONTRATADA ou manifesta impossibilidade de cumprir com as obrigações contratuais.

§2º Transferência total do contrato a terceiros.

§3º Infração de quaisquer das cláusulas pactuadas neste termo contratual.

#### 8. DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

8.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE, ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação, isentando o CONTRATANTE de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência da execução dos serviços, inclusive quanto às de natureza indenizatória, trabalhista, previdenciária, fiscal e civil e de quaisquer outros, que sempre e necessariamente correrão por conta e risco da CONTRATADA.

#### 9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 O Município de Mogi Mirim pagará a contratada o preço estabelecido na proposta, o qual inclui todos os custos necessários a perfeita execução do objeto do presente licitatório e ficará condicionado à apresentação da Nota Fiscal Eletrônica em duas vias, juntamente com a Certidão de



Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e o CRF do FGTS em plena validade.

§1º No corpo da nota fiscal número da licitação, o número do contrato ou o número da nota de empenho, o número da conta, banco e agência para que seja efetuada a ordem de pagamento ou ainda ficha de compensação (boleto do banco), anexo.

§2º Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§3º As notas fiscais/faturas que forem apresentadas em desconformidade ao descrito acima e com erro, serão devolvidas à contratada para retificação e nova apresentação.

9.2 O pagamento será efetuado no décimo quinto dia do mês subsequente a data do aceite da Nota Fiscal do recebimento definitivo dos serviços, após a entrega da Nota Fiscal e fica condicionado a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e CRF do FGTS estarem em plena validade.

9.3 A licitante vencedora não poderá negociar os títulos provenientes de contratações junto ao Município de Mogi Mirim.

## 10. DA SEGURANÇA DO TRABALHO

10.1 A CONTRATADA é a única responsável para com seus empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, civil, seguro acidente de trabalho, ou qualquer outros encargos previstos em lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança e saúde no trabalho, sendo que o seu descumprimento poderá ensejar a rescisão contratual com a aplicação de penalidades e sanções legais em face da mesma.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 Fica fazendo parte integrante e inseparável do presente termo contratual, não só o Edital referente ao Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2022, como também a proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, para os fins aqui contidos.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Os recursos necessários para fazer frente às despesas do presente contrato onerarão a dotação orçamentária:

Dotação	Programa de Trabalho	Código Orçamentário	Fonte de Recurso
476	014912.1030210042.101	3.3.90.39.00	1 - Tesouro
200	014110824410042.086	3.3.90.39.00	1 - Tesouro
200	014110824410042.086	3.3.90.39.00	1 - Tesouro
195	014111.0824410042.086	3.3.90.39.00	5 - Transferências e convênios Federais
195	014111.0824410042.086	3.3.90.39.00	5 - Transferências e convênios Federais
206	014111.0824410042.086	3.3.90.39.00	2- Transferências e convênios Estaduais



### 13. DO FORO

13.1 Para dirimir as questões que porventura surgirem no cumprimento deste termo contratual, e que não forem resolvidas administrativamente, será competente o foro da Comarca de Mogi Mirim (SP), com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

### 14. DAS COMUNICAÇÕES E DO GESTOR

14.1 O encaminhamento de cartas e documentos recíprocos referentes a este contrato, serão consideradas como efetuadas, se entregues através de protocolo aos destinatários abaixo:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

15.2 De acordo com o Decreto 8436/2021, o GESTOR da Ata de Registro de Preços, será nomeado por portaria, ficando a seu encargo o gerenciamento das comunicações e pedidos do material, verificação de prazo de entrega e vigência da Ata, tramitação de notas fiscais junto a Secretaria de Finanças, bem como outros atos que se referem a este.

E assim por haverem acordado, declaram ambas as partes aceitas todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Mogi Mirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:



## **ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ME ou EPP**

A (nome da empresa)....., com sede à (rua/av./praça) ....., nº ....., bairro ....., na cidade de ....., estado ....., inscrita no CNPJ sob o nº ..... e IE nº ....., através de seu .....(sócio, procurador, etc), o(a) Sr.(a). (nome completo) ..... portador(a) do CPF nº ..... e RG nº....., residente e domiciliado(a) à (rua/av./praça) ..... nº ....., bairro ..... na cidade de ..... estado ....., DECLARA com base nos Artigos de 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/06, que é..... (MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)



## **ANEXO VI – CADASTRO DO RESPONSÁVEL**

### **CADASTRO DO RESPONSÁVEL**

#### **ÓRGÃO OU ENTIDADE**

Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Período de gestão:	

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº 01/2021, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” ora anexada (s).

Mogi Mirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

#### **MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM**

\_\_\_\_\_  
(a)

Cargo

Responsável pelo preenchimento



## **ANEXO VII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

### **CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:**

**ADVOGADO(S): (\*)**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

#### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

#### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

**Nome:**

**Cargo: - CPF:**

#### **Responsáveis pela homologação do certame ou ratificação da dispensa/inexigibilidade de licitação: ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

**Responsáveis que assinaram o ajuste: Pelo CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### **Pela CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



## **ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL**

### **CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA: CNPJ

Nº: CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

*Em se tratando de obras/serviços de engenharia:*

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

**LOCAL e DATA:**

**RESPONSÁVEL:** (nome, cargo, e-mail e assinatura)